

Políticas culturais sob um olhar histórico

Paula Félix dos REIS¹

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

As ações governamentais despertam forte interesse público, principalmente quando envolvem áreas como economia, saúde e educação. As políticas para a cultura quase não são discutidas publicamente, mas nos últimos meses um assunto tem sido destaque: as mudanças no atual modelo de isenção fiscal. O tema tem causado polêmica entre alguns grupos, especialmente aqueles que há anos vêm se beneficiando com tal mecanismo. O Ministério da Cultura (MINC) afirma que 50% dos recursos captados ficam concentrados em apenas 3% dos proponentes.

Poderíamos nos questionar como chegamos a tamanha concentração e porque, em geral, não conseguimos ter um amplo debate em relação a outros temas que envolvem as políticas culturais. A ênfase dada ao financiamento, muitas vezes traduzido em isenção fiscal, tem ofuscado e reduzido as ações e as responsabilidades do governo. O livro *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*, da autora Lia Calabre, salienta alguns aspectos históricos dessa relação entre Estado e cultura no país, permitindo uma melhor compreensão do atual contexto político-cultural brasileiro.

O trabalho mostra-se importante para diversas áreas. Pesquisadores e estudantes poderão ter o auxílio de inúmeras fontes bibliográficas, principalmente de documentos oficiais. Outros interessados, inclusive gestores e artistas, poderão ter em mãos informações sobre gestão pública e sobre setores como patrimônio, cinema, rádio, teatro e literatura. A autora deixa claro que não pretende dar conta de uma profunda descrição ou análise sobre o histórico das políticas culturais implantadas pelo governo federal brasileiro desde os anos 30,

¹ Doutoranda e mestre em Cultura e Sociedade pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. E-mail: paula.fr@gmail.com.

mas creio que o leitor, ao se deparar com inúmeras fontes e dados, terá a sensação de que o trabalho é o resultado de uma ampla pesquisa que o distancia de uma leitura superficial.

O livro é dividido em seis capítulos estruturados a partir de uma cronologia que destaca momentos importantes da política nacional. O primeiro remonta ao início das políticas culturais no Brasil, na década de 1930. Os dois capítulos seguintes tratam, principalmente, das ações do governo federal durante os anos que antecedem ao regime militar. A ditadura, período que reforçou a institucionalização da cultura no interior do Estado, é abordada nos capítulos quatro e cinco do livro, finalizado com análises que se referem a períodos mais recentes, incluindo, de forma introdutória, o governo atual.

Diante do histórico apresentado pela autora, percebemos o quanto as políticas governamentais do país são recentes no campo cultural, que se iniciam com a atuação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo (1935-1938). Neste mesmo período, também se destaca a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945), que mesmo sendo responsável pela política de educação e saúde, consegue dar visibilidade a uma área que não se encontrava entre as prioridades do órgão, ou seja, a cultura.

Além de recente, é importante observar que as políticas patrimoniais se destacam em relação aos outros setores no histórico das políticas culturais. A instituição que hoje representa o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criada em 1937, antecedendo em muitos anos órgãos como a Funarte (1975) e o próprio MINC (1985). Este fator histórico é perceptível também na atual infraestrutura da instituição, com uma capilaridade nos estados e regiões que nenhum outro segmento cultural possui. São 27 superintendências estaduais do IPHAN. O MINC possui 06 representações regionais.

Outro aspecto importante trazido no livro é a característica instável das políticas realizadas pelo governo federal, não apresentando uma continuidade que favorecesse sua consolidação. Nas gestões do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e durante a ditadura militar (1964-1985), por exemplo, caracterizadas pela forte centralização governamental, o estado foi mais atuante, criando inúmeras instituições culturais no âmbito do governo e regulamentando uma série de atividades culturais. Em outros períodos fica clara a ausência do estado no campo cultural.

Tão ou mais grave do que essas discontinuidades e ausências está o caráter instrumental que a cultura assume em vários momentos. Essa foi uma prática constante nos governos

ditatoriais, que usaram áreas como o cinema, rádio, televisão e teatro para propagar a ideologia oficial ou forjar uma autêntica identidade nacional brasileira.

Aproximações e distanciamentos da cultura com as áreas de educação e esporte também são visíveis na política brasileira. A cultura ficou junto com a pasta de educação até 1985, quando foi criado o MINC. O primeiro Conselho Nacional de Cultura, criado em 1938, tinha entre suas responsabilidades a educação física (ginástica e esportes) e a recreação individual ou coletiva. Mas é interessante observar o quanto a educação sempre foi prioridade em termo de recursos e política governamental. E ainda hoje, cultura e esporte aparecem como áreas coadjuvantes no governo.

Nas análises mais recentes, especialmente após a reabertura política, percebemos uma forte associação da cultura com o mercado. Mais do que isso, percebemos o quanto a cultura passou a ser uma “responsabilidade” do mercado, com ações governamentais cada vez mais reduzidas. A prática de financiamento baseada na isenção fiscal tem início em 1986, por meio da lei nº 7.505, mais conhecida como Lei Sarney. Todas as gestões seguintes continuaram a se valer dessa prática e, como é perceptível no livro de Lia Calabre, por vezes se tornou a principal iniciativa do Estado no campo cultural. Criada com o objetivo de promover outras fontes de financiamento, além do Estado, esse mecanismo criou distorções visíveis através da sua concentração.

Neste início de século acompanhamos transformações importantes na política cultural brasileira, com um Estado mais atuante. Mas junto a essa presença e tentativa de mudança em algumas áreas, como a política de isenção fiscal, observamos uma série de polêmicas, discursos e silêncios por parte dos diferentes segmentos culturais. E então nos perguntamos: “como caminhamos até aqui?”. E tentamos pensar sobre que políticas culturais gostaríamos de ter para o país.